

Entra em cena a ciência, ou onde os caminhos se cruzam e as histórias se repetem

HILDEBERTO VIEIRA MARTINS*

A constituição de uma série de projetos científicos voltados para a investigação das características que comporiam a nossa “raça” brasileira redundaram em estudos que aprofundaram pesquisas sobre a raça negra e a sua importância para o desenvolvimento e evolução de nossa sociedade. Esse movimento intelectual permitiu, entre outras coisas, a elaboração de um novo campo no qual essa questão podia ser pensada a partir de uma certa perspectiva: a da ciência. Para alguns intelectuais, somente o modelo científico seria capaz de definir com rigor – rigor que só a ciência poderia ter, pois assim julgavam seus autores – o papel do negro (esse novo “outro”) em nossa sociedade. Questão capital? Parece ser, ao menos para alguns “homens de ciência” que, em finais do século XIX, buscavam encontrar soluções para alguns dos “problemas nacionais” a partir da produção de um saber e de uma prática científica.

Pretendemos nos deter na discussão dos usos de uma série de práticas sociais definidas como científicas e que podem ser reunidas neste texto sob a chancela do termo *psi*. Definimos as práticas científicas *psi* como um espaço de produção de modelos surgidos a partir de preceitos teórico-práticos derivados do paradigma científico moderno ainda em construção. Esse campo *psi* assim definido é o espaço de produção discursivo que agrega modelos de pensamento de cunho psiquiátrico, psicanalítico e psicológico presentes numa época em que ainda não havia forte delimitação de campos isolados ou de especialismos autonomizados. Esse campo científico buscava descrever, e ao descrever explicar, o que seria a alma, a psique, a mente, o comportamento, os nervos etc., ou seja, produzir um conhecimento voltado para a descrição dos fenômenos psíquicos ou psicofísicos e seus efeitos no campo individual e social. Essa acepção um tanto generalizante do campo do conhecimento e das práticas *psi* congregava uma série de intervenções sociais e os mais variados debates voltados para a descrição e explicação do fenômeno psicológico (cf. Alberti, 2003).

* Universidade Federal Fluminense (UFF-PURO), Professor adjunto de psicologia.

A proliferação desses discursos e o efeito de suas práticas visavam ao que parece determinar quais as melhores soluções para o problema da miscigenação e das suas conseqüências para a sociedade brasileira. Esse processo possibilitou a elaboração de toda uma maquinaria científica voltada para a qualificação (positiva e/ou negativa) das manifestações sociais associadas ao *elemento negro*. E o saber médico parece ter sido um dos principais modelos utilizados para descrever e definir os meios mais adequados para determinar o funcionamento de nossa sociedade. É ele que já nas primeiras décadas do século XIX, e mais enfaticamente a partir da criação das primeiras escolas de medicina no Brasil, prescreveria os caminhos para as transformações radicais pelas quais deveria passar a sociedade brasileira (Machado *et. al.*, 1978; Birman, 1978; Costa, 1979).

A invenção desse problema teve em certa produção de cunho científico-medicalizante ainda nascente o arcabouço teórico e conceitual para a explicação de certas manifestações sociais, consideradas patológicas ou degeneradas (loucura, sexualidade etc.), como resultantes da presença e da mistura de uma determinada categoria racial em nossa constituição enquanto nação: o *elemento negro*.

Em seu trabalho, Roberto Machado discute o papel que seria definido pela medicina para o escravo negro nesse projeto de mudança de cunho civilizatório. Para esse autor há uma nítida relação entre o negro e a sua condição de escravo, que sempre o colocaria na condição de não-cidadão. Isso, conseqüentemente, demarca e define antecipadamente o seu lugar nesse projeto social. Em suas palavras:

Ora, a referência ao negro como objeto de normalização – seja ele visto como pura animalidade instintiva, rebelde ou não à tarefa civilizatória, ou como plenamente participante da natureza humana em geral – esbarra em sua condição de escravo que o exclui objetivamente da cidadania (Machado et al., 1978: 354).

A condição de escravo, em princípio, reduziria o negro à condição de objeto¹, de propriedade, status corroborado juridicamente, mesmo que essa não seja a única

¹ A construção do escravo como coisa já foi discutida por muitos autores, e podemos citar como exemplo Perdígão Malheiros (1976). Contudo, Sidney Chalhoub foi um dos autores que mais criticou essa definição, intitulada por ele de “teoria do escravo-coisa”. Segundo ele, essa teoria, bastante difundida, “defende a idéia de que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não

maneira dele ter sido visto nesse período. O mais significativo é que isso não impede que o negro seja passível de ser pensado pela medicina como indivíduo que está sujeito a um controle higienizador. O problema seguinte seria de outra ordem: se ele continuar a ser visto por essa perspectiva, que o coloca como pura animalidade ou rebelde à tarefa civilizatória, a estratégia mais adequada caminharia no sentido de sua exclusão da ordem social; porém, se pensado por uma perspectiva “humanizadora” faz-se necessário criar as condições ideais para que ele também possa ser visto como cidadão (sujeito de certos direitos civis), mesmo que de segundo nível. Seria então necessário que paulatinamente esse *elemento negro* viesse a ocupar um outro lugar nesse discurso médico, e que a partir dessa virada científica ele também pudesse ser pensado como um sujeito possuidor de certos direitos sociais, mesmo que definido por uma diferença negativa. Veremos mais adiante que Nina Rodrigues desenvolveria todo um debate a partir desse ponto que divergiria em grande parte daquilo que foi pensado como solução para o problema negro.

E é o próprio Machado que nos indica os caminhos que o discurso médico pôde vir a tomar na tentativa de encontrar uma solução para esse problema. Segundo ele, a tarefa principal da medicina foi de criar as condições que garantiriam o controle desse novo espaço social que é a cidade. Isso foi conseguido graças a preocupação que os legisladores e a sociedade passam a ter com o tema da higiene pública. A proliferação dessa nova visão de sociedade parece ter alcançado grande impulso com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1829 (op. cit.: 185).

Ao apontar para a preocupação e o interesse da medicina na criação de um espaço urbano mais organizado e, como efeito direto disso, mais higienizado, ele realça, segundo uma perspectiva foucaultiana, que o surgimento de uma nova tecnologia (a disciplina) é incompatível com a presença desse elemento negro no espaço urbano e com a continuidade da instituição escravista:

Se a tecnologia disciplinar é vista como condição de possibilidade para a transformação do indivíduo em cidadão perfeito, livre e trabalhador, a articulação necessária entre o sujeito do contrato social e o sujeito à disciplina, não pode, face à escravidão, se concluir. Esta dificuldade está na

aqueles instituídos pelos próprios senhores” (1990: 249). Seu trabalho é uma tentativa de demonstrar o equívoco de tais análises.

base das diferenças táticas do discurso médico sobre a desumanidade da condição escrava, a presença corruptora do escravo na cidade e as raras propostas de um escravo higienizado no campo. Abolir a escravatura ou, simplesmente, excluir o escravo do espaço urbano – espaço a partir do qual a medicina brasileira formula seu projeto de uma nação civilizada – são tomadas de posição que manifestam a dificuldade de compatibilizar o modelo normalizador com a realidade da escravidão. Posições que indicam e procuram contornar uma questão incômoda e contraditória, ela própria excluída dos temas centrais que organizam o pensamento médico-político da época (op. cit.: 354).

Segundo Machado, o modelo escravagista não seria compatível com o modelo disciplinar², já que o primeiro seria refratário à implementação de um ideal de cidadania plena e também impeditivo de uma homogeneização do social, característico de um modelo disciplinar. Era necessário tornar o escravo um verdadeiro cidadão, ao menos idealmente. Mas como ele mesmo assinala essa discussão nem sempre foi hegemônica, somente ganhado maior consistência no decorrer do embate de idéias acerca do lugar do elemento negro em nossa sociedade. É por isso que essa temática ainda não se configurava no início do século XIX como um tema central para os médicos.

Abolir a escravidão e excluir o escravo do espaço urbano são questões que partem de um mesmo princípio, qual seja: a de eliminar os sinais do *elemento negro* desse espaço que se busca ordenar, pois esse *elemento* não seria capaz de se adequar aos seus efeitos modernizantes e civilizatórios. A medicina, ao atacar a escravidão urbana (mais especificamente, a doméstica), tem como objetivo maior exercer um controle sobre as relações familiares com o intuito de moralizá-la.

² Para Maria Helena Souza Patto o uso de teses ou conceitos de inspiração foucaultiana com o propósito de produzir uma análise das relações sociais no Brasil são equivocadas em se tratando de fenômenos históricos ocorridos até a Primeira República. A autora considera que as tecnologias disciplinares (mais sutis) não se apresentavam como necessárias quando o recurso à repressão violenta era continuamente utilizado pelos “donos do poder” (Patto, 1999: 167-168). Não consideramos que este argumento invalida totalmente o uso do conceito foucaultiano mas nós consideramos pertinente e importante a sinalização dada por Patto quanto à mera transposição de tais conceitos foucaultianos para a compreensão da realidade social brasileira sem a devida contextualização histórica. E tendemos a crer mais no uso de uma série de funcionamentos “antidisciplinares” mais que disciplinares (Certeau, 2002). Porém, entendemos os usos de Machado como uma tentativa de sinalizar para a mudança de estratégias sociais que ocorrem com a passagem de um modelo escravagista para outro considerado mais moderno, o que fica evidente na fala e nos ideais de seus realizadores. Talvez se pensássemos que no Brasil existiam áreas “tradicionais” (mais rurais e escravagistas) convivendo em associação com áreas “modernas” (mais urbanas e por isso mais sujeitas à recepção dos ideais de higienização da medicina) poderíamos entender o funcionamento de diferentes estratégias coexistindo sem se excluírem mutuamente.

A escravidão é obstáculo à criação de um tipo de família, composta pelo casal e seus filhos, vivendo higienicamente, voltada para fora e para a produção de indivíduos bem formados. Família que aparece como foco que permite o funcionamento ótimo da sociedade. Só através dessa transformação a família deixará de receber, no grande inventário médico, o estatuto negativo e causa produtora da doença. Para a positividade da família, é essencial retirar dela o escravo (op. cit.: 361)

Se o *elemento negro* pode ser visto como contrário à ordem civilizatória, e ainda pior, comprometer esse projeto de ordenação social pela degradação e pelo “contágio” que provoca nessa família urbana, torna-se necessário o seu controle ou a sua eliminação desse espaço social. Encontraremos certos desdobramentos dessa questão e os efeitos desse projeto higienizador nas propostas polêmicas apresentadas por Nina Rodrigues e outros pensadores de sua época. Esse projeto não era o objetivo de alguns poucos intelectuais, na verdade era isso que se apresentava como horizonte político de toda uma nação em plena construção, e por isso estava constantemente “na boca do povo”. Mas veremos que a partir da elaboração de um *discurso racializado* e das sutilezas por ele provocado, não seria mais necessário utilizar como bandeira a completa eliminação do elemento negro, pois este, a partir daí, passaria a ser objeto científico e ganharia uma “positividade”, permitindo sua incorporação a essa nova lógica social.

A ciência como solução: Nina Rodrigues e a “Escola Baiana”

A escolha de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e da chamada “Escola Baiana” em nosso trabalho não se deu por acaso. Nina Rodrigues é sempre citado quando se trata de discutir o surgimento da psiquiatria e da medicina legal brasileira, o racismo científico no Brasil, as manifestações culturais africanas ou as origens da antropologia brasileira (Guimarães, 2005; Venâncio, 2004; Oda, 2003, 2001; Telles, 2003; Moutinho, 2003; Portocarrero, 2002; Moreira Leite, 2002; Ventura, 2000; Antunes, 1999, Corrêa, 1998; Schwarcz, 1995; Santos Filho, 1991; Costa, 1985; Skidmore, 1976). Seus “discípulos” e simpatizantes também o citaram inúmeras vezes (Fávero, 1954, Ramos, 1934, 1939; Peixoto, [1938]), mas como afirmam Marisa Corrêa

(1998) e Ana Maria Oda (2003), muito mais no sentido de apontar a precariedade de suas idéias face aos avanços da modernidade ou para criticar a radicalidade de seus argumentos. Nina Rodrigues foi sempre utilizado como “fonte” ou “ponto de origem” das discussões sobre a presença do negro na sociedade brasileira, mas na maioria das vezes o foi como uma fonte criticável. Mas ao invés de criticá-lo retrospectivamente como racista, definição que hoje pode ser dada aos seus trabalhos, porque não entender uma certa originalidade e aceitar parte de seus argumentos e compreender o contexto em que seu discurso se insere? Original, já que era uma tentativa de encontrar soluções para o que parecia ser naquele momento impossível em uma sociedade “mestiça” e com pretensões de igualdade entre todos os participantes dessa sociedade.

É evidente que parte dos trabalhos de Raimundo Nina Rodrigues, considerado por muitos o principal estudioso em sua época da cultura negra e o precursor da antropologia no Brasil, analisam algumas manifestações culturais africanas (como em *O animismo fetichista dos negros baianos*, por exemplo) de uma maneira que hoje podemos considerar “positiva”, já que são tentativas de resgatar as manifestações “originais” da cultura africana, o que para alguns, como o escritor e pensador Sílvio Romero, estavam se perdendo por falta de investigação e interesse de nossos intelectuais (Rodrigues, 1935). Contudo, é importante sinalizar que Nina Rodrigues tenta mostrar as “adulterações” sofridas entre as práticas africanas que eram realizadas em continente africano e as realizadas em solo brasileiro; além disso, ele tenta estabelecer e reconhecer certo grau de pureza nas manifestações culturais de origem africana desenvolvidas nos terreiros baianos como forma de determinar quais merecem ser considerados “verdadeiros” representantes dessas manifestações culturais (Rodrigues, 1935; 2006). Idéia semelhante nós encontraremos na obra de Arthur Ramos (1934) e em sua busca por uma “pureza originária” em contraposição ao que teria sido “adulterado” pelo sincretismo ou mesmo pela recriação de certos cultos e manifestações africanas no Brasil. Por outro lado, na maioria das vezes os comentários de Nina Rodrigues irão seguir em uma direção oposta, com o propósito de enfatizar o caráter “inferior”, perigoso e degenerado da “herança africana” em nosso sangue (*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil; As coletividades anormais, Os africanos no Brasil* e até o já citado *O animismo fetichista dos negros baianos*). Mesmo essa separação é arbitrária e por vezes duvidosa, pois os seus trabalhos ora exaltam certas

peculiaridades “positivas” dessa herança, ora demonstram um pessimismo a respeito do brasileiro em decorrência da inevitável presença do sangue negro na mistura de nossa raça. Será que o sintoma dessa ambigüidade não pode ser observado pela outorga ao próprio Nina Rodrigues do título de ogã, talvez por este ser um ferrenho crítico da repressão policial contra os terreiros de candomblé de Salvador (Oda, 2003: 2001; Guimarães, 2005: 62; Augras, 1983: 37; Rodrigues, 1935: 353)? Se usarmos a definição de Raimunda Oda, que segue a definição de Reginaldo Prandi, o ogan ou ogã é um título honorífico dado aos protetores do candomblé, ele é alguém que ocupa um cargo superior, um cargo sacerdotal nos cultos de candomblé no Brasil (2003: 202). No trabalho de Nina Rodrigues intitulado *O animismo fetichista dos negros baianos*, o termo utilizado por ele é *ougan*. Ele mesmo define a sua importância social: “Os mais inteligentes, atilados e bem-relacionados fazem-se de *oukans*, os outros são filhos de santo ou outras dignidades inferiores” (2006: 109). E em Arthur Ramos verificamos a definição do *ogan* como “uma espécie de protetor do terreiro”, mas que não deve ser confundido com um sacerdote, baseando provavelmente seus argumentos em Nina Rodrigues e Manoel Querino (Ramos, 1934: 50-1). E em uma nota de rodapé esse autor define melhor suas características: “Na realidade o ogan é quase sempre um branco, *senhor*, a quem os negros respeitam, enxergando nele um protetor do terreiro” (op. cit.: 50, grifos do autor). Transcrevemos abaixo um trecho em que Nina Rodrigues discute algumas razões de sua crítica à repressão policial dos cultos afro-brasileiros:

Em que direito se baseia, pois, a constante intervenção da polícia na abusiva violação dos templos ou terreiros africanos, na destruição dos seus ídolos e imagens, na prisão, sem formalidades legais, dos pais de terreiro e diretores de candomblés?

E este é um ponto que merece ser estudado a fundo porque a estratificação das sobrevivências morais africanas aqui se descobre de um modo positivo e em estado de admirável pureza.

Esses atos, que não podem deixar de revoltar os espíritos educados no sentimento de justiça, da liberdade de consciência, e do respeito à dignidade humana, mesmo nas suas formas mais rudimentares e humildes, revelam apenas um estado rudimentar do senso jurídico, tomado diretamente às raças inferiores que colonizaram o Brasil e cujo sangue corre ainda quente e abundante nas veias de muitos executores de tais violências (Rodrigues, 1935: 364-65).

Curiosa defesa das práticas culturais negras que toma emprestada o argumento de inferioridade do sangue para explicar a violência e a ignorância dos seus executores.

É claro que Nina Rodrigues podia estar falando da “origem racial” dos executores de tais violências para contrapô-los aos “espíritos educados no sentimento de justiça”, não marcados por essa degenerescência sanguínea, e por isso mesmo mais esclarecidos dos direitos ao culto que esses freqüentadores dos terreiros de candomblé teriam. Mas antes de tudo, não importando o paradoxo dos argumentos utilizados, o que interessa é a defesa da conservação desse estado de pureza das sobrevivências morais africanas, o aspecto positivo em se manter vivas tais manifestações culturais. Por isso certas manifestações devem ser estudadas, por isso elas devem ser mantidas por conta de seu elevado grau de pureza, sem misturas ou “contaminações”.

Mas por acaso o interesse de Nina Rodrigues em relação aos cultos afro-brasileiros não seria porque ele era um “mulato”? Mas um “mulato” propagador de teorias raciais (Costa, 1985: 260; Skidmore, 1976: 74)? Cabe comentar que no material que analisamos, a “cor” de Nina Rodrigues não é citada por ele, mas é citada por seus críticos, que o qualificam como “mulato”. Isso nos faz pensar esse dado como um fato relevante para os autores citados, no sentido de servir como dispositivo capaz de colocar em dúvida a qualificação e/ou validação da sua obra (um “mulato” racista preocupado com o “problema negro”?). Talvez por isso esses autores determinem claramente (estratégias de visibilidade) a sua “cor”, mas o fazem sem discutir explicitamente a pertinência para tal classificação racial ou o grau de importância que esse dado tem para a obra de Nina (mesmo que isso fique implícito), o que nos leva a sugerir que eles acabaram se valendo de um pensamento sustentado em um *discurso racializado* como forma de conformar e confirmar a pertinência de seus argumentos. E os autores que desqualificam os seus argumentos por causa de sua “origem racial” não usam a mesma estratégia “polêmica” usada por Teófilo Braga e Assis Chateaubriand para desqualificar a *autoria* e *autoridade* dos argumentos de seus adversários, nesse caso o escritor Silvio Romero. E o próprio Romero não usou tal estratégia para questionar a qualidade literária dos trabalhos de Veríssimo e Capistrano de Abreu (Ventura, 2000: 114; Martins, 1977)? Não há aí um pouco da atitude policialasca que busca encontrar as provas de um crime ou a coerência de um delito pelas intenções (sempre) esperadas em uma suposta “personalidade criminosa”? Eles não agem deterministicamente como agia Nina Rodrigues em relação ao “problema negro”? Mas com isso não estou querendo que o contrário não possa também ter ocorrido, ou seja, que os seus discípulos tenham

ignorado (conscientemente ou não) a “cor” de Nina para que isso não colocasse em risco o seu papel de precursor de um novo campo de análise (autoridade), lugar garantidor da filiação desses autores a um projeto político-social comum. O que permanece é a força de um *discurso racializado* capaz de nos fazer falar ou calar sobre essa pertença racial. Porém, quem estava livre de ser considerado mestiço nesses tempos em que a ofensa pessoal ou a polidez pareciam passar por um crivo racial? Nunca é demais lembrar casos como os de Sílvio Romero (Ventura, 2000) e Machado de Assis (Martins, 1977). São aspectos como esses que fazem Nina Rodrigues se apresentar mais como uma *personagem*, produto das criações que um *discurso racializado* pode efetivar, um efeito desse funcionamento histórico que configura os modos de ser da sociedade brasileira. São todas essas falas que fazem do “indivíduo” Nina Rodrigues aquilo que converge e permite dizer algo sobre a problemática racial que estava presente em finais do século XIX, tornando-o mais que um indivíduo, configurando-o como produto das contradições que marcam a formação de certas práticas sociais.

Os trabalhos desse autor por isso não se situam somente no campo antropológico, eles também se articulam ao que foi chamado de medicina legal, cujo principal objetivo era estabelecer com mais clareza as possíveis relações entre loucura e criminalidade. Os projetos de Nina Rodrigues permitem uma percepção nítida das inúmeras imbricações que o campo médico produziu em finais do século XIX, muito em consequência da pouca consistência dos limites entre os vários saberes que estavam se constituindo nesse momento no Brasil. Outra característica marcante: os seus projetos longe de serem meramente “teóricos,” se propunham a descrever e diagnosticar a sociedade brasileira, com o intuito de recuperá-la ou, numa acepção mais cara à medicina, de curá-la. Por isso uma preocupação em realizar trabalhos empíricos sobre as manifestações negras em nossa sociedade (Oda, 2003, Antunes, 1999, Corrêa, 1998; Santos Filho, 1991). Nesse sentido, os seus trabalhos podem ser vinculados a esse movimento que alguns autores definiram como de multiplicação das práticas de higienização e controle social da sociedade através da consolidação do saber médico (Foucault, 2002; Engel, 2001; Antunes, 1999, Costa, 1979; Birman, 1978; Machado et al., 1978).

Ao analisar o lugar da loucura na sociedade moderna, Joel Birman já apontava para o papel que a medicina (psiquiatria) ocuparia nas propostas de construção de um novo homem e de uma nova sociedade:

A Medicina mental emerge, como uma nova instituição social e como um discurso com pretensões científicas, neste momento de reorganização sócio moral do sujeito. E, como instituição, ocupará um espaço e uma função específica nesta sociedade. Suas teorias estão essencialmente articuladas com suas formas de institucionalização, em todos os seus níveis, não podendo serem (sic.) separadas deste conjunto, já que seriam parcializadas nas suas intenções primeiras, o que ocultaria a sua compreensão. Mas como instituição social, a Psiquiatria torna-se um poder, que se exercerá como regulação moral das individualidades, definindo valores, que estabelecerão o campo de variação do comportamento humano. Este será considerado como mórbido ou sadio, numa escala estabelecida pela razão psiquiátrica. Enquanto poder social, ela não pode ser autônoma ou auto-regulada. Ela é subordinada e controlada como instituição pela Sociedade mesma. Ela regula e é regulada a um só tempo (Birman, 1978: 11-12).

A tentativa de fazer da sociedade um espaço mais salubre não é um processo decidido pelos médicos, mas sim é resultante de uma nova configuração social que possibilitou e exigiu uma regulação higienizadora do espaço social. Como afirma Birman, a Psiquiatria regula e é regulada por esse espaço social, já que em momento algum ela está isolada dele. Parece-nos ser possível partir desse projeto de ordenação da sociedade, e deste ponto inicial empreender uma discussão que nos favoreça discutir como o pensamento médico elaborou o uso de certas estratégias de controle social através da profusão de uma temática racial.

Transcorrido o tempo de transformação que efetiva um novo pensamento sobre o papel do *elemento negro* na sociedade brasileira, agora visto como ainda mais problemático ao funcionamento da ordem social, pois capaz de ocupar o lugar de cidadão legítimo, as táticas e astúcias cotidianas elaboradas por inúmeros representantes anônimos – e atestadas nas formas de “contrato” estabelecidas pelos escravos urbanos e seus senhores, ou na luta pela obtenção da alforria buscada pelas ações de liberdade, e até os debates sobre qual seria a cor do verdadeiro cidadão brasileiro ocorridos na imprensa no início dos oitocentos– parecem perder força e se tornarem obscuras e embaçadas. A história dessas táticas só nos parece voltar a luzir a partir do momento em que ela se tornar foco privilegiado do discurso ordenador da ciência médica, discurso

que daria um novo contorno a esses fenômenos ao torná-los objeto de suas estratégias de visibilidade. O contorno reluzente que o *elemento negro* receberia passava agora a ser definido pelo determinismo causalista das teorias científicas, que discursavam sobre um teatro das degenerescências presentes na história da constituição desse elemento. É no passado “inferior” da raça negra que os médicos buscam encontrar as causas de suas deficiências. A adjetivação do *elemento negro* (“criminoso”, “perigoso”, “degenerado”) pelo discurso do especialista só foi mais um dos efeitos dessa estratégia de controle que tira o *elemento negro* do seu lugar obscuro para fazê-lo reluzir como elemento “degenerado”. Com o advento de uma medicina do social, o corpo negro seria investigado para que aí fosse encontrada a marca da degeneração e a origem de suas causas.

Os efeitos que essa produção científica produziu nos modos de dizer, pensar e experimentar (individuais e coletivos) geraram certos silenciamentos. Mas ao mesmo tempo eles produziram uma positividade que abriu novos espaços de “comunicabilidade” entre os sujeitos, espaço onde foi possível produzir certos discursos “verdadeiros”. E é nesse sentido que acreditamos ser possível resgatar a “memória dos combates”, e com isso fazer aparecer (iluminar) a história de certos “saberes sujeitados” (Foucault, 1999a: 11-13). Mas isso demanda investigar novos caminhos e cruzar outras histórias.

Bibliografia

- ALBERTI, Sônia. Crepúsculo da alma – a psicologia no Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003. 160p.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Medicina, leis e moral. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999. (Prismas)
- AUGRAS, Monique. O duplo e a metamorfose. A identidade mítica em comunidades nagô. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BIRMAN, Joel. A psiquiatria como discurso da moralidade. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 (Biblioteca de Saúde e sociedade, v. n. 3).
- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 7 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998. 487p.

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ENGEL, Magali Gouveia. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FÁVERO, Flaminio. Medicina Legal. 5 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954. vol. 1 (Introdução ao estudo da Medicina legal).

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____; História da sexualidade I: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____; Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____; Os anormais: curso do Collège de France (1974-1975). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. – (Coleção tópicos)

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2005. 256 p.

LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. 6 ed. ver. São Paulo: Editora UNESP, 2002. (Série Dante Moreira Leite / organizador Rui Moreira Leite)

MACHADO, Roberto. Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

____ et al. Danação da norma, medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MALHEIROS, Perdígão. A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social. Introdução de Edison Carneiro. 3 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. 266p. 2v. (Dimensões do Brasil, v. 3)

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977. vol. III.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil – Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MOUTINHO, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Editora Unesp, 2003. cap. II

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. *Psychiatry On-line Brazil – part of The International Journal of Psychiatry*, v. 6, n. 12, Dec. 2001. Disponível em <<http://www.polbr.med.br/arquivo/wal1201.htm>>. Acessado em de 13 de dezembro de 2008.

_____. Alienação mental e raça: a psicopatologia comparada dos negros e mestiços brasileiros na obra de Raimundo Nina Rodrigues. Tese de Doutorado. Campinas, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Revista Estudos Avançados*, 13 (35), 1999.

- PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde. Introdução bio-geográfica à civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira). vol. 129.
- PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. 152p. (Coleção Loucura & Civilização, v. 4).
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro, etnografia religiosa e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1934.
- _____. *As culturas negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1937.
- _____. Prefácio. In: _____. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. Biblioteca de Divulgação Científica, vol. 19.
- _____. *Introdução à psicologia social*. São Paulo: Caso do Psicólogo: Florianópolis, SC: UFSC: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2003.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 2 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.
- _____. *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939. Biblioteca de Divulgação Científica, vol. 19.
- _____. *O animismo fetichista dos negros baianos. Apresentação e notas Yvonne Maggie, Peter Fry*. Ed. fac-símile. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Editora UFRJ, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.
- VENÂNCIO, Ana Teresa A. *Doença mental, raça e sexualidade nas teorias psiquiátricas de Juliano Moreira*. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.2, p. 283-305, 2004.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870/1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.